



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Termo de Fomento n.º **SETADES/085/2024**
Processo Administrativo n.º **2024-0LHVG**

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A **CASA DE ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES - CAOCA**, TENDO POR OBJETO COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA PARA QUALIFICAR O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS OFERECIDO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES, EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL, PELA OSC CASA DE ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES (CAOCA), POR MEIO DA REALIZAÇÃO DE DESPESAS DE CUSTEIO. NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO PRESENTE INSTRUMENTO E NO PLANO DE TRABALHO.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio do(a) **SECRETARIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, inscrito(a) no CNPJ sob nº 03.252.312/0001-80, com sede na Rua Dr. João Carlos de Souza nº 107, Ed. Green Tower, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, neste ato representada pelo(a) Secretária de Estado, a Sra. **CYNTIA FIGUEIRA GRILLO**, e a **CASA DE ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES (CAOCA)** inscrita(o) no CNPJ sob nº 20.352.138/0001-67 com sede Rua Professor Mario Bodart, nº 304 Bairro Maria Ortiz Vitória CEP.29.070-510 doravante denominada(o) ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada pela Srª **MIROSLAVIA FAÇANHA DE SOUZA** portador da CI nº [REDACTED] órgão expedidor SSP/SP inscrito (a) no CPF sob o nº [REDACTED] resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, consoante o processo administrativo nº **2024-0LHVG** e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente Termo de Fomento tem por objeto Cooperação Técnica e Financeira para qualificar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos oferecido à crianças e adolescentes, em situação de risco e vulnerabilidade social, pela OSC Casa de Atendimento



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

e Orientação a Crianças e Adolescentes (CAOCA), por meio da realização de despesas de custeio., conforme detalhado no Plano de Trabalho, Anexo I.

1.1.1 – O Plano de Trabalho, previsto no Anexo I, é parte integrante desse Termo, delimita os objetivos gerais e específicos, bem como define as metas e prevê o cronograma e as diretrizes das ações necessárias à consecução do objeto desse Acordo, conforme estabelecido no artigo 42, parágrafo único da Lei nº 13.019/14.

1.2 – Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 – É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I – delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II – prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 – São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

e) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

f) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

g) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

h) designar um gestor da parceria e, na hipótese de esse deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

i) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

j) colaborar com as ações e os projetos executados ou viabilizadas pela organização da sociedade civil e, se possível, auxiliar na elaboração das metodologias e da indicação das metas;

k) apoiar tecnicamente e institucionalmente a OSC para boa execução, expansão e fortalecimento das ações e/ou projetos implementados por meio desta parceria;

l) apoiar a divulgação das ações e dos projetos implementadas por meio desta parceria;

m) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) manter escrituração contábil regular;

b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;

c) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

d) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

e) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

f) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

g) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

h) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

3.1 – O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de **R\$ 194.975,52 (cento e noventa e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)**.

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá, para execução do Termo de Fomento, recursos no valor de **R\$ 194.975,52 (cento e noventa e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)**, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 47.901.08.244.0191.2239, UG 470901, Gestão 47901, conforme discriminação abaixo:

Fonte:500 ED:: 3.3.50.43 - **R\$ 194.975,52**

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 – É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 – Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;

III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

5.1 – O presente Termo Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da organização da sociedade civil, para:

I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V – realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

6.1 – O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até **31/10/2025** conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da organização da sociedade civil, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, que deverá ser formalizada por Termo Aditivo, sendo, nessa hipótese, dispensada a prévia análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado.

6.3 – Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública estadual promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da organização da sociedade civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

7.1 – A administração pública estadual designará um gestor, e respectivo suplente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução desta parceria, na forma do artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.2 – Na hipótese de paralisação das atividades, a OSC deverá informar a administração pública estadual, através do(a) gestor (a), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para que possam ser tomadas as devidas providências.

7.3 – O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;

V – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

7.5 – A execução física do objeto será acompanhada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por intermédio da Subsecretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SUBADES, observado o disposto no artigo 59 da Lei nº 13.019/2014, ficando, desde já, designados por meio do Resumo do Termo de Fomento os gestores e suplentes que exercerão suas atribuições em conformidade com o artigo 61 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- I – extrato da conta bancária específica;
- II – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
- III – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- IV – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- V – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
- VI – lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

Parágrafo Primeiro. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

Parágrafo Segundo. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 – A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

- I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- II – relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – A Administração pública estadual considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

- I – relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
- II – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 – Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

- I – os resultados já alcançados e seus benefícios;
- II – os impactos econômicos ou sociais;
- III – o grau de satisfação do público-alvo;
- IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

8.5 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

Parágrafo Primeiro. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

Parágrafo Segundo. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 – A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo Único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 – As prestações de contas serão avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 – O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 – Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, durante sua vigência, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

9.5 – A atualização do Plano de Trabalho que objetive a adequação do cronograma ou de valores sem a alteração de metas poderá ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento conforme autoriza o art. 57 da Lei nº 13.019/14.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

- I – advertência;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo Único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 – Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 – A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 – Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 – Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, por escrito, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II – rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

12.2 – O presente instrumento será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

Parágrafo Primeiro - Durante o período de aviso prévio, os direitos e obrigações das Partes previstos nesse Termo manter-se-ão inalterados, salvo se as Partes ajustarem de outra forma.

Parágrafo Segundo - Findo o prazo do aviso prévio, as Partes serão responsáveis somente pelas obrigações que, em razão da natureza pela qual se revestem, sobrevivam ao término do Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 – A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, e ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

14.1 – Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo resultante das ações envolvidas no âmbito do presente Termo de Fomento terá sua exploração econômica regida por instrumento específico, assegurada sua utilização sem ônus.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE E USO DE MARCAS

15.1 – A divulgação dos atos praticados em razão deste instrumento deverá restringir-se a caráter educativo, informativo ou de disseminação de informação e conhecimento, respeitados os direitos autorais.

15.1.1 – Os Partícipes acordam que a utilização de suas respectivas marcas, representadas por seus títulos e logotipos, somente poderá ocorrer com a autorização expressa de seu proprietário.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

15.1.2 – Os Partícipes obrigam-se a submeter, previamente e por escrito, à aprovação um do outro, qualquer matéria técnica ou científica decorrente da execução deste instrumento, a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos e congêneres.

15.2 – Não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral de eventual publicidade de quaisquer atos executados em função deste Termo de Fomento ou que com ele tenham relação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES

16.1 – Durante o desenvolvimento do projeto, as partes se obrigam a manter sob o sigilo os dados e informações referentes às ações consideradas e definidas como confidenciais, não podendo de qualquer forma, direta ou indiretamente, dar conhecimento, a terceiros não autorizados, das informações confidenciais trocadas entre os acordantes ou por eles geradas na vigência do presente termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1 – As Partes reconhecem que, para a execução do Termo, será necessário o tratamento de dados pessoais, e se comprometem a cumprir as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”), conforme periodicamente alterada, bem como das demais leis e regulamentos relacionados à proteção de dados pessoais e privacidade que possam ser aplicados a qualquer tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Termo (“Legislação de Proteção de Dados Aplicável”).

17.2 – As Partes se comprometem a somente utilizar as informações e dados pessoais compartilhados para a realização das atividades decorrentes do objeto do presente Termo.

17.3 – As Partes se comprometem a manter registros de todas e quaisquer atividades relacionadas aos dados pessoais compartilhados ou obtidos em decorrência do Termo, fornecendo tais registros sempre que solicitados, de forma justificada.

17.4 – As Partes adotarão todas as medidas técnicas de segurança razoáveis, de acordo com o padrão de mercado e a legislação brasileira, para resguardar os dados pessoais tratados em decorrência do presente Termo, mantendo a outra parte indene de quaisquer danos ou prejuízos decorrentes de qualquer tratamento de dados realizado em desacordo com esse Termo e/ou a Legislação de Proteção de Dados Aplicável.

Parágrafo Único. Para os fins desta Cláusula, consideram-se dados pessoais toda e qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável, conforme definido na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

18.2 – E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Vitória/ES, ___ de _____ de 2024.

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

MIROSLAVIA FAÇANHA DE SOUZA

Presidente/Diretor da **CASA DE ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES (CAOCA)**

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO
SECRETARIO DE ESTADO
SETADES - SETADES - GOVES
assinado em 08/11/2024 14:26:52 -03:00

MIROSLAVIA FAÇANHA DE SOUZA
CIDADÃO
assinado em 08/11/2024 13:41:01 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 08/11/2024 14:26:53 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por JEANNE APARECIDA LUGÃO SILVEIRA (SUPERVISOR I - CCONV - SETADES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-5TBMTD>



CASA DE ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES
Rua Professor Mário Bodart, 304, Maria Ortiz, Vitória/ES - Cep: 29.070-510
CNPJ: 20.352.138/0001-67 – TEL (27) 3327-4928

PLANO DE TRABALHO

(Artigo 22 da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015)

1. DADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nome Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social		CNPJ 03.252.312/0001-80
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Rua Dr. João Carlos de Souza nº 107, Ed. Green Tower		
Bairro Barro Vermelho	Cidade Vitória	CEP 29.057-530
E-mail da Instituição convenios@setades.es.gov.br		Sítio eletrônico https://setades.es.gov.br/
Telefone 1 (27) 3636-6810	Telefone 2 (27) 3636-6807	Telefone 3 (27) 3636-6806

2. DADOS GERAIS DA PROPONENTE

Nome Casa de Atendimento e Orientação à Crianças e Adolescentes - CAOCA		CNPJ 20.352.138/0001-67
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Rua Professor Mario Bodart, 304		
Bairro Maria Ortiz	Cidade Vitória	CEP 29070-510
E-mail da Instituição adm.caoca@gmail.com		Sítio eletrônico de divulgação da parceria facebook.com/projetocaoca
Local físico de divulgação da parceria Rua Professor Mario Bodart, 304		
Telefone 1 (27) 33274928	Telefone 2 ()	Telefone 3 ()

3. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA PROPONENTE

Nome Miroslavia Façanha de Souza		CPF: [REDACTED]	
Nº RG [REDACTED]	Órgão Expedidor SSP	Cargo na OSC Presidente	Mandato vigente até 13/06/2027
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) [REDACTED]			
Bairro [REDACTED]	Cidade Vitória	CEP [REDACTED]	
Telefone 1 [REDACTED]	Telefone 2 [REDACTED]	Telefone 3 ()	

4. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO

Nome Miroslávia Façanha de Souza		
Área de Formação Pedagoga		Nº do Registro no Conselho Profissional [REDACTED]
Bairro [REDACTED]	Cidade Vitória	CEP [REDACTED]



CASA DE ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Rua Professor Mário Bodart, 304, Maria Ortiz, Vitória/ES - Cep: 29.070-510

CNPJ: 20.352.138/0001-67 – TEL (27) 3327-4928

E-mail do Técnico adm.caoca@gmail.com	
Telefone do Técnico 1 (27)3327-4928	Telefone do Técnico 2 (27)99637-8703



CASA DE ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Rua Professor Mário Bodart, 304, Maria Ortiz, Vitória/ES - Cep: 29.070-510

CNPJ: 20.352.138/0001-67 – TEL (27) 3327-4928

5. DESCRIÇÃO DA REALIDADE

5.1- Breve histórico e finalidade da OSC:

A Casa de Atendimento e Orientação a Crianças e Adolescentes - CAOCA foi fundada em 06 de junho de 1995, através da iniciativa das irmãs da Congregação Filhas do Coração de Maria.

É uma Organização da Sociedade Civil sem fins econômicos que realiza um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, pautado na Proteção Social Básica, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS, nº 109/2009 – tipificação nacional de serviços socioassistenciais).

Tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento sócio-educativo de crianças e adolescentes em situação de risco/vulnerabilidade social, valorizando a autonomia e a participação efetiva, visando à convivência e o fortalecimento de vínculos, de acordo com os valores éticos e princípios de cidadania social.

Do ponto de vista socioeconômico, segundo dados cadastrais e pesquisa realizada com familiares, por meio de reuniões de grupo, e ainda, através das demandas apresentadas pela comunidade e pelos órgãos que mantêm parceria com a instituição ao longo desses 28 anos de trabalho, a vulnerabilidade social nesta área é considerada muito alta.

A região que abrange os atendimentos da CAOCA é caracterizada por uma grande concentração de famílias jovens, novos arranjos familiares, famílias mono parentais geridas por mulheres, avós que cuidam dos netos, além do elevado índice de violência doméstica, gravidez precoce, violência sexual e propagação do consumo e tráfico de drogas iminentes da região.

Atualmente oferece atendimento de 2ª a 5ª feira, no horário de 8:30h às 11:00h e 13:00h às 16:30h a 140 crianças e adolescentes, de 06 a 17 anos e 11 meses, de ambos os sexos, frequentando o ensino fundamental, em sua maioria inscritas no CadÚnico e recebendo o benefício Federal de Transferência de Renda (Auxílio Brasil), sendo caracterizado socioeconomicamente como público de atendimento em situação de risco/vulnerabilidade social.

As crianças e adolescentes usuários do Serviço são residentes nos bairros que compõem a Grande Goiabeiras (Maria Ortiz, Residencial Maria Ortiz, Jabour, Goiabeiras Velha, Sólon Borges, Morro do Boa Vista e Segurança do Lar).

O SCFV da CAOCA visa propiciar que as crianças e adolescentes estejam mais bem preparadas para o exercício da cidadania por meio da participação social, garantindo assim o desenvolvimento do seu protagonismo e autonomia através de atividades (oficinas) que busquem estimular a sua identidade, construindo conhecimento e opinião própria, através da troca de ideias e experiências entre os participantes. Essas oficinas são estruturadas de forma a promover a reflexão individual e coletiva, incentivando o debate e o questionamento saudável. É importante criar um ambiente onde cada participante se sinta encorajado a expressar suas ideias e pontos de vista, contribuindo assim para a construção de conhecimento de maneira colaborativa. Além disso, atividades práticas e dinâmicas podem ser incorporadas para facilitar a aprendizagem e a assimilação dos conteúdos discutidos, promovendo uma experiência enriquecedora e significativa para todos os envolvidos.



CASA DE ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Rua Professor Mário Bodart, 304, Maria Ortiz, Vitória/ES - Cep: 29.070-510

CNPJ: 20.352.138/0001-67 – TEL (27) 3327-4928

6. SÍNTESE DA PROPOSTA

6.1. Objeto

Cooperação Técnica e Financeira para qualificar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos oferecido à crianças e adolescentes, em situação de risco e vulnerabilidade social, pela OSC Casa de Atendimento e Orientação a Crianças e Adolescentes (CAOCA), por meio da realização de despesas de custeio.

6.2. Objetivo geral

Ampliar e melhorar a qualidade dos atendimentos oferecidos a Crianças e Adolescentes na CAOCA, complementando as ações da família e da comunidade, visando o enfrentamento das violações de direitos.

6.3. Objetivos específicos

- Garantir o atendimento e a realização de atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos à 140 usuários cadastrados;
- Aprimorar a realização das atividades socioculturais e recreativas às crianças e adolescentes atendidos.

6.4. Público beneficiário da proposta

Crianças e adolescentes, de 06 a 17 anos e 11 meses, de ambos os sexos, em sua maioria inscritas no CadÚnico e recebendo o benefício Federal de Transferência de Renda (bolsa família), estão em situação de risco/vulnerabilidade social, residentes nos bairros que compõem a Grande Goiabeiras (Maria Ortiz, Residencial Maria Ortiz, Jabour, Goiabeiras Velha, Sólon Borges, Morro do Boa Vista e Segurança do Lar).



CASA DE ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Rua Professor Mário Bodart, 304, Maria Ortiz, Vitória/ES - Cep: 29.070-510

CNPJ: 20.352.138/0001-67 – TEL (27) 3327-4928

6.5. Justificativa

Em 25 anos de fundação, faz-se pertinente, para a compreensão da relevância desta proposta, relatar um pouco do percurso institucional.

A CAOCA nesses anos teve como principal mantenedora a Associação Brasileira de Educação Familiar e Social – ABEFS, que encerrou totalmente a parceria no ano de 2020, por dificuldades financeiras.

No entanto, em função da imensa necessidade de continuidade do **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV** realizado pela CAOCA na região da Grande Goiabeiras, foi criada uma Associação que passou a se chamar Casa de Atendimento e Orientação a Crianças e Adolescentes – CAOCA CNPJ: 20.352.138/0001-67.

Esta constituição se deu por meio da iniciativa e união de forças de pessoas que acreditam e lutam pela continuidade da missão institucional; baseada na prevenção das violações de direitos de crianças e adolescentes, bem como na proteção e garantia da qualidade de vida e dignidade da pessoa humana.

Outro fato de suma importância que possibilitou a continuidade do Serviço foi à assinatura de um termo de comodato com a antiga mantenedora ABEFS, a princípio por um período de 10 anos, garantindo a utilização do espaço físico e todos os bens materiais já existentes.

Neste sentido, a CAOCA conta atualmente com contribuições financeiras e todo o tipo de doações de pessoas físicas, empresas e instituições parceiras para sua manutenção, e todos os profissionais mantêm a continuidade do Serviço em sistema de voluntariado, um grande desafio para a instituição visto à necessidade de instituir e manter vínculos entre colaboradores e atendidos.

Esse novo desafio vem causando muitas preocupações em relação à execução do trabalho junto a crianças e adolescentes, deste modo, surge o Projeto SEMEAR E COLHER que visa através da parceria contratar profissionais para executar atividades socioculturais, por ser esta uma característica essencial do SCFV que atuará de forma proativa na prevenção das situações de vulnerabilidade e risco social.

Para tanto, o trabalho a ser desenvolvido com 140 crianças e adolescentes de 06 a 17 anos, que se encontra em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, com precário acesso a renda e a serviços públicos, será organizado de modo a garantir o fortalecimento de vínculos, além de ampliar trocas culturais e o compartilhamento de vivências; realizando atividades socioculturais e extra instituição que trabalhem o sentimento de pertença e de identidade, incentivando a socialização e a convivência comunitária, complementando as intervenções sociais planejadas pela equipe técnica responsável junto aos usuários.

Não há dúvida que quando se trabalha visando à melhoria da situação vivenciada pelos usuários, dando-lhes a oportunidade de formarem-se cidadãos capazes de transformar sua realidade, estamos melhorando não só a vida desses, como também, de toda a sociedade, além de contribuir para o cumprimento legal no que se refere à garantia dos direitos e deveres da criança e do adolescente.

Diante do exposto, propomos a Secretária de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social- SETADES, formalizar o termo de fomento com o objetivo de dar continuidade aos atendimentos às crianças, adolescentes e seus familiares. Essa parceria será divulgada nas redes sociais e nas dependências da instituição.



CASA DE ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Rua Professor Mário Bodart, 304, Maria Ortiz, Vitória/ES - Cep: 29.070-510

CNPJ: 20.352.138/0001-67 – TEL (27) 3327-4928

6.6. Equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta

Nome	Formação	Função	Regime de contratação	Carga horária semanal
Katia Barbosa	Ensino Médio	Educadora Social	Prestação de serviço (MEI)	44h
Maria Eduarda	Cursando Ensino Superior	Educadora Social	Prestação de serviço (MEI)	20h
Cristiane Andrade	Serviço Social	Assistente Social	MEI	30h
Raquel Ribeiro Sales	Ensino Médio	Secretária	MEI	30h
Maria Aparecida	Ensino Médio	Educadora Social	MEI	30h
Elizabeth Santana da Silva	Ensino Médio Completo	Assistente Administrativo	MEI	20h
Maria das Graças de Jesus	Ensino Médio	Cozinheira	MEI	30h
Aline Laureano	Ensino Fundamental	Auxiliar de Serviços Gerais	MEI	30h
Bárbara Façanha	Cursando Ensino Superior	Auxiliar Pedagógico	MEI	20h
João Pedro Oliveira	Cursando Ensino Superior	Oficineiro de Música	MEI	20h



CASA DE ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Rua Professor Mário Bodart, 304, Maria Ortiz, Vitória/ES - Cep: 29.070-510

CNPJ: 20.352.138/0001-67 – TEL (27) 3327-4928

6.7. Metodologia para avaliação do grau de satisfação do usuário

O projeto será desenvolvido pela CAOCA, tendo como foco o atendimento de crianças e adolescentes por meio de atividades extra instituição e sociocultural, oficinas e ações de sensibilização e mobilização familiar e comunitária; de forma a contribuir com o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida dos atendidos.

As ações, atividades, oficinas e atendimentos realizados por meio do Projeto serão orientadas pelas legislações pertinentes a proteção e garantia de direitos das crianças como: Estatuto da Criança e Adolescente, Lei nº 8.069 de 1990, a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência **Social** – Loas (Lei Federal n. 8.742/93), a **Lei** Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, nº 11.346 de 2006, entre outras políticas que norteiam a assistência social a crianças e adolescentes.

O projeto visa atender 140 crianças e adolescentes cadastradas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da CAOCA e suas respectivas famílias, através da prestação de serviços de 10 profissionais MEI, para realizar o acompanhamento das atividades.

Terá início por meio da apresentação da proposta às crianças e seus familiares e a efetivação das inscrições para a participação nas atividades e oficinas. Após as inscrições, visa-se atender minimamente 95% das crianças e adolescentes inscritas no projeto.

A apresentação da proposta e as inscrições para a participação nas atividades do Projeto acontecerão no primeiro mês após a liberação do recurso.

O atendimento as crianças e adolescentes se dará de 2ª a 5ª feira, no horário de 8:30 às 11:00 e 13:00 às 16:30;

As mesmas serão divididas em 2 grupos no turno matutino e 2 grupos no turno vespertino, seguindo as faixas etárias: (06 a 11 anos) e (12 a 17 anos);



CASA DE ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Rua Professor Mário Bodart, 304, Maria Ortiz, Vitória/ES - Cep: 29.070-510

CNPJ: 20.352.138/0001-67 – TEL (27) 3327-4928

6.7.1 ATIVIDADES, OFICINAS E AÇÕES OFERECIDAS ÀS CRIANÇAS DURANTE A REALIZAÇÃO DO PROJETO:

Grupo Escuta/cidadania – Esta atividade visa propiciar rodas de conversa, com crianças de 06 a 12 anos, permitindo a troca de experiências e emoções entre os participantes, estimulando a escuta e reflexão sobre temas estrategicamente pensados para estes momentos. Além de fomentar o desenvolvimento do senso crítico por intermédio da reflexão sobre sua própria realidade e a participação ativa na sua comunidade. Neste sentido, essa atividade será oferecida 1x na semana com duração de 1h e para cada grupo e será ministrada pelo educador, com o apoio do auxiliar pedagógico.

Oficina de Artes – Esta atividade tem como foco de atuação a descoberta, desenvolvimento de habilidades e potencialidades de crianças em idade de 06 a 12 anos além de promover o autoconhecimento e a reflexão sobre si próprios, ajudando na expressão e comunicação de sentimentos, explorando a imaginação e criatividade, diminuindo estresse e ansiedade, elevando a autoestima e contribuindo para a concentração, atenção e memória. Neste sentido, essa atividade será oferecida 1x na semana com duração de 1h com cada grupo. Esta atividade será ministrada por um educador social.

Oficina de Teatro – Esta atividade será desenvolvida com crianças de 06 a 12 anos e consiste em propiciar um espaço para promover expressão, criação, integração, acesso à cultura, observação, discussão de temas diversificados, desenvolvimento de senso crítico, por meio da experimentação de jogos, dinâmicas, expressão corporal e exercícios de construção teatral. Esta atividade será ministrada por um educador social MEI. Neste sentido, essa Oficina acontecerá 2x na semana com duração de 1h em cada grupo.

Oficina de Música- Essa oficina, será oferecida duas vezes por semana, pelo período de 1h e 30 min a aula, para crianças e adolescentes, onde possuirá o objetivo da criação de um coral da instituição. Sabemos que o contato da criança com música desde a infância promove demasiados benefícios, como desenvolvimento cognitivo e emocional, pode trazer mecanismos para gerenciar o estresse e ansiedade, traz o desenvolvimento social devido a interação e trabalho em grupo, criatividade e habilidades motoras.

Esportes - Esta oficina será realizada com grupo de 06 a 12 anos, em espaço físico preparado para promover atividades que beneficiarão a saúde física, social e mental, além de promover um estilo de vida ativo e saudável. As atividades realizadas pelo educador responsável, serão programadas focando no objetivo de promover habilidades motoras, como coordenação, equilíbrio e agilidade. Além de proporcionar oportunidades para interagir com outras pessoas, desenvolver habilidades de trabalho em equipe, comunicação e cooperação, fortalecendo relacionamentos interpessoais. Sendo assim, essa oficina acontecerá 1x na semana com duração de 1h em cada grupo.

Atividade Extra- instituição: Essa atividade favorece a estimulação cognitiva da criança e estimulam a formação do pensamento crítico, auxiliando no autoconhecimento e controle emocional. Além de proporcionar conhecimentos diversos, contribuindo assim, para ampliar a visão de mundo e contato com as diversidades. Esta atividade será planejada pelos educadores com supervisão do Assistente técnico. Será oferecida quinzenalmente com cada grupo.

Ações de Mobilização Familiar– A Mobilização social é uma forma de construir na prática o projeto ético proposto na Constituição Federal de 88: *soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores do trabalho, a livre iniciativa e o pluralismo político*. Neste sentido, essas ações serão realizadas por meio de reuniões e eventos de com familiares das crianças atendidas no Projeto, onde será possível tratar temáticas pertinentes aos trabalhos realizados com as crianças e também sobre demandas levantadas entre os próprios familiares.

As ações de mobilização Familiar serão realizadas com a participação dos profissionais: Coordenador, Educadores Sociais e Assistente Social, responsáveis pelo projeto.

Espera-se a execução desta ação trimestralmente, com duração de 2h cada e que atenda a minimamente 82% das famílias inscritas ao longo da evolução do projeto.

O Projeto será avaliado por meio de questionários, relatórios das atividades, dinâmicas de grupos, registros de depoimentos e listas de presença nas ações e reuniões realizadas.

A avaliação será realizada pelo coordenador com o apoio do Educador Social ao final de cada mês, sendo os resultados registrados por meio de fotos, vídeos e relatórios.



CASA DE ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Rua Professor Mário Bodart, 304, Maria Ortiz, Vitória/ES - Cep: 29.070-510

CNPJ: 20.352.138/0001-67 – TEL (27) 3327-4928

6.8. Sustentabilidade da proposta

Esse é um projeto permanente na CAOCA e ao longo de seu desenvolvimento vem contribuindo efetivamente com as crianças e adolescentes contemplados, através do desenvolvimento de competências cognitivas básicas como expressão oral e escrita, raciocínio, solução de problemas e capacidade de decisão, além das habilidades de comunicação, intervenção e interação social.

Observa-se ao longo do desenvolvimento deste projeto um grande e significativo avanço em relação aos estímulos feitos pela equipe de trabalho no que se refere a repensar atitudes e valores, tanto em relação a si mesmos, quanto em questões mais amplas que envolvam a família, a comunidade e a sociedade como um todo.

Neste sentido, ao término do projeto a instituição visa manter as atividades realizadas, através da captação de recursos em eventos beneficentes, através dos parceiros (Associação de Educação Familiar e Social – AEFS, Mesa Brasil – SESC, VIX Logística, Colégio Salesiano de Jardim Camburi, Centro Salesiano do Adolescente Trabalhador- CESAM, Banco de Alimentos de Vitória, Santuário Nossa Senhora de Fátima e Paróquia da Ressurreição), através dos colaboradores e também da apresentação da proposta deste trabalho à empresas e processos de seleção e apoio a projetos sociais.

6.9. Período de execução do objeto

Início: Novembro/2024	Término: Outubro/2025
------------------------------	------------------------------



CASA DE ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Rua Professor Mário Bodart, 304, Maria Ortiz, Vitória/ES - Cep: 29.070-510

CNPJ: 20.352.138/0001-67 – TEL (27) 3327-4928

7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Meta 1: Continuidade da oferta do Serviço de Convivência para atendimento aos usuários da instituição em situação de vulnerabilidade e risco social.	Valor (R\$): R\$0,00		
Indicador(es): - Nº de pessoas atendidas pelo SCFV; - Atividades, Ações e Atendimentos ofertados aos usuários pelo SCFV; - Grau de Satisfação dos usuários e familiares atendidos pelo SCFV; - Condições de trabalho adequada dos profissionais para atendimento aos usuários;			
Metodologia de execução: O serviço será prestado diariamente, por equipe multiprofissional que compõe o SCFV, composta por técnicos, educadores sociais, administrativo e apoio. <ul style="list-style-type: none">▪ Acolhida dos usuários e família.▪ Planejamento e organização das atividades e ações do SCFV.▪ Oferta diária dos atendimentos, atividades e ações do SCFV pela equipe de referência.▪ Direcionamento dos usuários para os atendimentos, ações e atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.▪ Monitoramento e avaliação do serviço prestado pelas equipes do SCFV.▪ Pesquisa de satisfação conforme metodologia descrita no tópico 6.7 deste plano.▪ A Coordenação Administrativa do SCFV juntamente com o responsável técnico pelo projeto da parceria a ser celebrada elaborará relatório (s) referente aos atendimentos, ações e atividades executadas com os usuários e suas respectivas famílias no SCFV, incluindo registro fotográfico.			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
1.1. Planejamento e organização da oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	--	Novembro/2024	Outubro / 2025
1.2. Oferta contínua dos atendimentos, atividades e ações do SCFV	--	Novembro/2024	Outubro / 2025
1.3. Pesquisa de grau de satisfação dos usuários	--	Novembro/2024	Outubro / 2025
1.4. Elaboração de Relatório das Atividades, Ações e Atendimentos executados pelo SCFV e serviços de média complexidade.	--	Novembro/2024	Outubro / 2025
Meta 2: Contratação de 10 profissionais (MEI) conforme item 6.1 para atuação no SCFV a fim de desenvolver atividades socioculturais para 140 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social pelo período de 12 (doze) meses.	Valor (R\$): 194.975,52		



CASA DE ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Rua Professor Mário Bodart, 304, Maria Ortiz, Vitória/ES - Cep: 29.070-510

CNPJ: 20.352.138/0001-67 – TEL (27) 3327-4928

Indicador(es):

Profissional com formação compatível a função conforme quadro no item 6.1

- N° de pagamentos mensais efetuados
- Notas fiscais (emitidas pelo MEI),
- Registro fotográfico das atividades,
- Lista de presença.

Metodologia de execução:

Descrição da etapa 6.7.1:

Atribuições do educador social para execução da oficina de Artes no SCFV: Organizar a oficina, acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades contribuindo para o fortalecimento de vínculos familiar e comunitário; Realizar atividade de expressão artística, incentivando o trabalho em equipe, possibilitando o desenvolvimento das potencialidades e competências, assim como, maior equilíbrio emocional, a valorização da autoestima, incentivo à autonomia, independência do fazer artístico, e uma melhor qualidade de vida aos usuários; participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado; Acompanhar e registrar a assiduidade dos usuários por meio de instrumento de frequência.

Atribuições do educador social para execução da oficina de Escuta/ Cidadania no SCFV: Organizar a oficina, acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades contribuindo para o fortalecimento de vínculos familiar e comunitário; Estimular à comunicação por meio da linguagem oral, contato visual, e desenvolvimento do relacionamento interpessoal, visando à interação social e proporcionando melhor qualidade de vida aos usuários; participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado; Acompanhar e registrar a assiduidade dos usuários por meio de instrumento de frequência.

Atribuições do educador social para execução da oficina de Esportes no SCFV: Organizar a oficina, acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades contribuindo para o fortalecimento de vínculos familiar e comunitário; Desenvolver, estimular e aprimorar as habilidades psicomotoras (lateralidade, coordenação motora fina e grossa, esquema corporal e etc.) através de atividades esportistas, visando o fortalecimento de vínculos familiar e comunitário e melhor qualidade de vida aos usuários; participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado; Acompanhar e registrar a assiduidade dos usuários por meio de instrumento de frequência.

Atribuições do educador social para execução da oficina de Música no SCFV: Organizar a oficina, acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades contribuindo para o fortalecimento de vínculos familiar e comunitário; Desenvolver, estimular e aprimorar as habilidades psicomotoras (ensinando noções básicas de harmonia, técnicas vocais e leitura musical, transmitindo conhecimento do mecanismo de produção de som e notas dos diversos instrumentos musicais;) através das oficinas de música, visando a ampliação do repertório musical e cultural, o fortalecimento de vínculos familiar e comunitário e melhor qualidade de vida aos usuários; participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado; Acompanhar e registrar a assiduidade dos usuários por meio de instrumento de frequência.

- A equipe técnica (Secretária, Auxiliar pedagógico, Assistente Adm e Coordenador de Projeto) do SCFV elaborará relatório (s) referente a meta de despesa no quadro 9 (Meta 2), durante o período de monitoramento e na prestação de contas final.

- Auxiliar de Serviços Gerais possui a responsabilidade de realizar a manutenção e limpeza das instalações, além de fornecer suporte geral ao SCFV, como **limpeza e higienização das** áreas de convivência e outras áreas comuns, garantindo que estejam limpas, organizadas e higienizadas. Coletar e descartar corretamente o lixo e resíduos gerados nas instalações, **organização de materiais e estoque, apoio em eventos**, como preparação de salas, montagem de mesas e cadeiras, e outras tarefas relacionadas.

- O cozinheiro possui a responsabilidade de preparar e cozinhar uma variedade de pratos, seguindo receitas e padrões de qualidade estabelecidos. Colaborar no desenvolvimento de cardápios, manter altos padrões de higiene pessoal e sanitária na cozinha, seguindo as normas de segurança alimentar



CASA DE ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Rua Professor Mário Bodart, 304, Maria Ortiz, Vitória/ES - Cep: 29.070-510

CNPJ: 20.352.138/0001-67 – TEL (27) 3327-4928

e garantindo que os alimentos sejam armazenados, manipulados e preparados de forma segura para evitar contaminação.

- Secretaria – Receber e direcionar visitantes, fornecendo assistência e garantindo que sejam recebidos de forma cortês e profissional, gerenciar agendas e calendários da equipe, marcar compromissos, reuniões e eventos, e garantir que todos os envolvidos estejam cientes das datas e horários agendados. Receber, triar e encaminhar correspondências e e-mails, manter registros e documentos organizados, arquivando papéis importantes, digitalizando documentos quando necessário e garantindo que os arquivos estejam acessíveis e atualizados. Além de auxiliar em tarefas administrativas, como preparação de relatórios, elaboração de apresentações, processamento de despesas e atualização de bancos de dados.

Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
2.1. Contratação de profissional- MEI com ensino médio completo na categoria profissional de educador social com carga horária de 20 h/semanais para a condução da oficina de artes pelo período de 12 meses.	R\$ 16.594,92	Novembro/ 2024	Outubro / 2025
2.2 Contratação de profissional- MEI com ensino médio completo na categoria profissional de educador social com carga horária de 40 h/ semanais para desenvolver atividades socioculturais e esportivas pelo período de 12 meses	R\$ 21.741,60	Novembro/ 2024	Outubro / 2025
2.3 Contratação de profissional- MEI com ensino médio completo na categoria profissional de educador social com carga horária de 40 h/ semanais para desenvolver atividades socioculturais, teatrais e executar planejamentos das oficinas gerais pelo período de 12 meses.	R\$ 21.741,60	Novembro/ 2024	Outubro / 2025
2.4 Contratação de 01 profissional- MEI com ensino médio completo na categoria profissional de Auxiliar de Serviços Gerais e com carga horária de 40 h/ semanais/mês.	R\$ 16.764,12	Novembro/ 2024	Outubro / 2025
2.5 Contratação de 01 profissionais- MEI com ensino médio completo na categoria profissional de Cozinheiro e com carga horária de 40 h/ semanais	R\$ 17.934,36	Novembro/ 2024	Outubro / 2025
2.6 Contratação de profissional- MEI com ensino médio completo na categoria profissional de auxiliar pedagógico com carga horária de 40 h/ semanais para planejar, organizar e auxiliar na execução das atividades socioculturais, teatrais, esportivas, além de acompanhar as reuniões avaliativas com os familiares, ajudar na prestação de contas do projeto entre outros.	R\$ 27.571,44	Novembro/ 2024	Outubro / 2025
2.7 Contratação de profissional- MEI com ensino médio completo na categoria profissional de educador social com carga horária de 03 h/ semanais para desenvolver atividades socioculturais, através do ensino da música e instrumentalização e executar planejamentos das oficinas gerais pelo período de 12 meses.	R\$10.111,44	Novembro/ 2024	Outubro / 2025
2.8 Contratação de 01 profissionais- MEI com ensino médio completo na categoria profissional de Secretária com carga horária de 40 h/ semanais.	R\$ 21.573,72	Novembro/ 2024	Outubro / 2025
2.9 Contratação de 01 profissionais- MEI com ensino superior completo na categoria profissional de Coordenador de Projeto com carga horária de 30 h/ semanais.	R\$ 25.206,96	Novembro/ 2024	Outubro / 2025



CASA DE ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Rua Professor Mário Bodart, 304, Maria Ortiz, Vitória/ES - Cep: 29.070-510

CNPJ: 20.352.138/0001-67 – TEL (27) 3327-4928

2.10 Contratação de 01 profissional MEI com ensino médio completo na categoria profissional de Assistente Administrativo com carga horária de 20 horas semanais.	R\$ 15.735,36	Novembro/ 2024	Outubro / 2025
2.11. Elaboração de Relatório de Despesa da Meta	--	Novembro/ 2024	Outubro / 2025



CASA DE ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Rua Professor Mário Bodart, 304, Maria Ortiz, Vitória/ES - Cep: 29.070-510

CNPJ: 20.352.138/0001-67 – TEL (27) 3327-4928

8. PLANO DE APLICAÇÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	CONCEDENTE	PROPONENTE	TOTAL
3.3.50.43	Material de consumo			
	Serviços de terceiros – pessoa física			
	Serviços de terceiros – pessoa jurídica	R\$ 194.975,52		R\$ 194.975,52
	Equipe encarregada pela execução			
TOTAL				R\$ 194.975,52

8.1 Detalhamento das despesas

8.1.1. Material de consumo (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Subtotal				

8.1.2 Serviços de terceiros – pessoa física (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Subtotal				

8.1.3 Serviços de terceiros – pessoa jurídica (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Educador Social - Artes - 20hs	Mês	12	R\$ 1.382,91	R\$ 16.594,92
Educador Social - Sociocultural/ esportes 40hs	Mês	12	R\$ 1.811,80	R\$ 21.744,00
Educador Social - Sociocultural/ teatro - 40hs	Mês	12	R\$ 1.811,80	R\$ 21.741,60
Educador Social - Sociocultural/ música – 3hs	Mês	12	R\$ 842,62	R\$ 10.111,44
Auxiliar de Serviços Gerais - 40 hs	Mês	12	R\$ 1.397,01	R\$ 16.764,12
Cozinheiro - 40hs	Mês	12	R\$ 1.494,53	R\$ 17.934,36
Auxiliar Pedagógico - 40hs	Mês	12	R\$ 2.297,62	R\$ 27.571,44
Assistente Administrativo - 20hs	Mês	12	R\$ 1.311,28	R\$ 15.735,36
Secretária - 40hs	Mês	12	R\$ 1.797,81	R\$ 21.573,72
Coordenador de Projeto - 30hs	Mês	12	R\$ 2.100,58	R\$ 25.206,96
Subtotal				R\$ 194.975,52



CASA DE ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Rua Professor Mário Bodart, 304, Maria Ortiz, Vitória/ES - Cep: 29.070-510

CNPJ: 20.352.138/0001-67 – TEL (27) 3327-4928

8.1.4 Equipe encarregada pela execução (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Subtotal				

8.1.5 Equipamentos e materiais permanentes (4.4.50.42)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Subtotal				

TOTAL GERAL (8.1.1+ 8.1.2+ 8.1.3+ 8.1.4 + 8.1.5)	R\$ 194.975,52
---	-----------------------



CASA DE ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Rua Professor Mário Bodart, 304, Maria Ortiz, Vitória/ES - Cep: 29.070-510

CNPJ: 20.352.138/0001-67 – TEL (27) 3327-4928

9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

REPASSE(S) DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
Novembro/2024	Dezembro/2024	Janeiro/ 2025	Fevereiro/ 2025	Março/2025	Abril/2025
R\$ 194.975,52					
Maio/2025	Junho/2025	Julho/2025	Agosto/2025	Setembro/2025	Outubro/2025

APORTE(S) DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL					
Novembro/2024	Dezembro/2024	Janeiro/ 2025	Fevereiro/ 2025	Março/2025	Abril/2025
Maio/2025	Junho/2025	Julho/2025	Agosto/2025	Setembro/2025	Outubro/2025

10. DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Na qualidade de representante legal da **Organização da Sociedade Civil (OSC) proponente**, declaro, para fins de prova junto a **Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES)**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que:

- A OSC garante a gratuidade e a universalidade em todos os seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme artigo 6º, III, da Resolução nº14, de 15 de maio de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social;
- A OSC não se enquadra em nenhuma das condições de impedimento dispostas no artigo 39 da Lei nº 13.019/2014;
- Se o termo de fomento tiver como um de seus objetos a compra de veículo, a OSC será responsável pelo custeio de seguro do respectivo bem;
- Todos os preços propostos para aquisição de bens e/ou serviços apresentados por essa OSC foram apurados por meio de orçamentos atualizados, junto a fornecedores regulares e estão compatíveis com os preços médios praticados no mercado regional;
- Quando for proposta contrapartida, a OSC garante que os respectivos recursos, bens ou serviços indispensáveis a esta contrapartida estarão devidamente assegurados.

Nos termos em que pede e espera deferimento.

Em de de 2024.

Assinatura do Representante Legal

11. APROVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

APROVA-SE O PLANO DE TRABALHO, O QUAL DEVE SER ANEXADO AO TERMO DE FOMENTO ASSINADO.

Vitória (ES) Em de de 2024

Assinatura do Representante Legal/Carimbo

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO
SECRETARIO DE ESTADO
SETADES - SETADES - GOVES
assinado em 08/11/2024 14:26:51 -03:00

MIROSLAVIA FAÇANHA DE SOUZA
CIDADÃO
assinado em 08/11/2024 13:39:27 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 08/11/2024 14:26:52 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por JEANNE APARECIDA LUGÃO SILVEIRA (SUPERVISOR I - CCONV - SETADES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-JP3KD3>

Grégoire Gomes de Barros	3386112	Julho	Outubro
Janaína Rosa Miranda	4250869	Julho	Outubro
Jean Darkisson Matos Brandão	3089665	Julho	Dezembro
Jeanne Aparecida Lugão Silveira	3385310	Setembro	Dezembro
José Valmir do Rosário	4292669	Setembro	Dezembro
Juliane de Araújo Barroso	3225410	Janeiro	Julho
Karla Santos	4909399	Fevereiro	Setembro
Kátia Guedes	3151824	Julho	Dezembro
Lívia Maria Lages Vieira	4847318	Abril	Novembro
Luana de Souza Coitinho Telles	2621061	Janeiro	Julho
Luziene Aparecida Guzzo	4537807	Julho	Dezembro
Marco Antônio Cardoso Barcelos	4778774	Abril	Outubro
Maria das Graças Soares Alves	4082893	Agosto	Dezembro
Marjorie Lopes Bicalho Sant'Ana	3744221	Julho	Dezembro
Patrícia Littig Margotto	4063406	Maior	Setembro
Paula Borgo de Castro	4383117	Julho	Dezembro
Paula Cristina Rocha da Silva Viana	1584162	Julho	Dezembro
Rochester Santana de Lima	4463820	Julho	Outubro
Samyra Ferreira Lobino	4294130	Setembro	Dezembro
Sandy Costa Velasco	4737806	Junho	Outubro
Sérgio Angelo Petri	4751868	Maior	Outubro
Thais Cristina Alves Guerra	3897540	Julho	Novembro
Thiago Mendes dos Santos	4482204	Março	Outubro
Victor Nunes Toscano	2970805	Janeiro	Julho
Vitória Lopes de Souza Miguez	4519051	Julho	Setembro
Vannessa Rocha Gomes	612331	Fevereiro	Outubro
Zilmara Amorim Santiago Guia Graça	4056736	Julho	Dezembro

Vitória, 08 de novembro de 2024.

HARLEN DA SILVA

Subsecretário de Estado para Assuntos Administrativos

Protocolo 1431401

Resumo do Termo de Fomento SETADES/081/2024

Processo nº.: 2024-9ZCX0

Registro SIGEFES: 240662

Administração Pública: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

Organização da Sociedade Civil: Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Síndrome de Down do Espírito Santo - Vitória Down

Objeto: Cooperação técnica e financeira para a continuidade do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para atender 43 pessoas dos grupos do SCFV ofertado pela Vitória Down, por meio de despesas de custeio.

Valor: R\$ 179.647,68 (cento e setenta e nove mil, seiscentos e quarenta e sete reais e sessenta e oito centavos), proveniente das Emendas Parlamentares nº 0281, 0517, 0529, 0692, 1212, 1275 e 1342 LOA 2024.

Vigência: à partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 31/12/2025.

Dotação Orçamentária: 20.47.901.08.244. 0191.2239.

Elemento de Despesa: 3.3.50.43

Fonte: 500

Gestor Titular: Marjorie Lopes Bicalho Santana - N. F. 3744221

Gestor Suplente: Camila Nogueira Felsky - N. F. 3553280

Vitória, 08 de novembro de 2024.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1431369

Justificativa de Dispensa de Chamamento Público para Celebração do Termo de Fomento Nº SETADES/081/2024

Processo nº.: 2024-9ZCX0

Partes: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social e a Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Síndrome de Down do Espírito Santo - Vitória Down

Objeto: Cooperação técnica e financeira para a continuidade do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para atender 43 pessoas dos grupos do SCFV ofertado pela Vitória Down, por meio de despesas de custeio.

Valor: RR\$ 179.647,68 (cento e setenta e nove mil, seiscentos e quarenta e sete reais e sessenta e oito centavos), provenientes das Emendas Parlamentares nº 0281, 0517, 0529, 0692, 1212, 1275 e 1342 LOA 2024.

Fundamento Legal: Artigo 29, Lei 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015

Justificativa: Trata-se de recursos decorrentes de emenda parlamentar à Lei Orçamentária Anual - LOA.

Vitória, 08 de novembro de 2024.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1431374

Resumo do Termo de Fomento SETADES/085/2024

Processo nº.: 2024-0LHVG

Registro SIGEFES: 240657

Administração Pública: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

Organização da Sociedade Civil: Casa de Atendimento e Orientação a Crianças e Adolescentes - CAOCA.

Objeto: Cooperação técnica e financeira para qualificar o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos oferecido à crianças e adolescentes, em situação de risco e vulnerabilidade social, pela osc Casa de Atendimento e Orientação a Crianças

e Adolescentes (CAOCA), por meio da realização de despesas de custeio.

Valor: R\$ 194.975,52 (cento e noventa e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos) provenientes das Emendas Parlamentares nº 292, 515, 537, 928 e 1343 LOA 2024.

Vigência: a partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 31/10/2025.

Dotação Orçamentária: 20.47.901.08.244. 0191.2239.

Elemento de Despesa: 3.3.50.43

Fonte: 500

Gestor Titular: Lutz Franthesco da Silva Rocha - N. F. 3287831

Gestor Suplente: Camila Nogueira Felsky - N. F. 3553280

Vitória, 08 de novembro de 2024.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1431499

Justificativa de Dispensa de Chamamento Público para Celebração do Termo de Fomento Nº SETADES/085/2024

Processo nº.: 2024-OLHVG

Partes: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social e a Casa de Atendimento e Orientação a Crianças e Adolescentes - CAOCA.

Objeto: Cooperação técnica e financeira para qualificar o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos oferecido à crianças e adolescentes, em situação de risco e vulnerabilidade social, pela osc Casa de Atendimento e Orientação a Crianças e Adolescentes (CAOCA), por meio da realização de despesas de custeio.

Valor: R\$ 194.975,52 (cento e noventa e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos) provenientes das Emendas Parlamentares nº 292, 515, 537, 928 e 1343 LOA 2024.

Fundamento Legal: Artigo 29, Lei 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015

Justificativa: Trata-se de recursos decorrentes de emenda parlamentar à Lei Orçamentária Anual - LOA.

Vitória, 08 de novembro de 2024.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1431503

Resumo do Termo de Fomento SETADES/105/2024

Processo nº.: 2024-LRHS

Registro SIGEFES: 240704

Administração Pública: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

Organização da Sociedade Civil: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Irupi - Escola de Ensino Especial Amor Perfeito - APAE Irupi.

Objeto: Cooperação Técnica e financeira para manutenção do SPSE - Média Complexidade: Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias (pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla), ofertado pela Associação de Pais e Amigos Dos Excepcionais de Irupi por meio da realização de despesas de custeio.

Valor: R\$ 100.000,00 (cem mil reais), proveniente da Emenda Parlamentar nº 2024.4383.0006 LOA

2024 e R\$ 5,84 (cinco reais e oitenta e quatro centavos) de recursos próprios da OSC.

Vigência: a partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 31/10/2025.

Dotação Orçamentária: 20.47.901.08.244. 0191.2239.

Elemento de Despesa: 3.3.50.43

Fonte: 660

Gestor Titular: Paula Cristina Rocha da Silva Viana - N. F. 1584162.

Gestor Suplente: Rayane Bomfim de Oliveira- N. F. 4768035.

Vitória, 08 de novembro de 2024.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1431517

Justificativa de Dispensa de Chamamento Público para Celebração do Termo de Fomento Nº SETADES/105/2024

Processo nº.: 2024-LRHS

Partes: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Irupi - Escola de Ensino Especial Amor Perfeito - APAE Irupi.

Objeto: Cooperação Técnica e financeira para manutenção do SPSE - Média Complexidade: Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias (pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla), ofertado pela Associação de Pais e Amigos Dos Excepcionais de Irupi por meio da realização de despesas de custeio.

Valor: R\$ 100.000,00 (cem mil reais), proveniente da Emenda Parlamentar nº 2024.4383.0006 LOA 2024 e R\$ 5,84 (cinco reais e oitenta e quatro centavos) de recursos próprios da OSC.

Fundamento Legal: Artigo 29, Lei 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015.

Justificativa: Trata-se de recursos decorrentes de emenda parlamentar à Lei Orçamentária Anual - LOA.

Vitória, 08 de novembro de 2024.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 1431520

RESUMO DO 4º TERMO ADITIVO

Contrato Nº 001/2023

Processo: 2023-QRQ7Q

Referência: Pregão Eletrônico nº 001/2023.

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SETADES.

Contratado: NOVO HORIZONTE CONSERVADORA LTDA

CNPJ: 08.951.474/0001-20

Objeto: a alteração da cláusula quarta "Das condições de pagamento" do Contrato, nos seguintes termos: "4.1.3 A fatura será paga até o 10º (décimo) dia útil após a sua apresentação."

Vitória, 08 de novembro de 2024.

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social-SETADES

Protocolo 1431057



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 11/11/2024 11:11:53 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por JEANNE APARECIDA LUGÃO SILVEIRA (SUPERVISOR I - CCONV - SETADES - GOVES)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-1Q93XS>